

Petrobras
Comercializadora
de Gás e Energia e
Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –
Petrobras)

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	6
Balço Patrimonial.....	9
Demonstração de Resultado	10
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
Demonstração do Valor Adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021	15
1. A Companhia e suas operações	15
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	16
3. Sumário das principais práticas contábeis	19
4. Estimativas e julgamentos relevantes.....	21
5. Caixa e equivalente de caixa	22
6. Contas a receber	22
7. Investimentos.....	24
8. Imobilizado.....	25
9. Fornecedores.....	25
10. Arrendamentos mercantis.....	25
11. Partes relacionadas.....	27
12. Tributos	28
13. Patrimônio líquido	29
14. Despesas Gerais e Administrativas	30
15. Resultado financeiro líquido.....	31
16. Processos judiciais não provisionados	31
17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.....	33
18. Contratos para compra e venda de energia.....	34
Diretoria executiva	36

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A.- Petrobras)

CNPJ 03.538.572/0001-17

Relatório da Administração da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P
Referente ao Exercício Social de 2022

Senhor Acionista,

Cumprindo os preceitos legais e disposições de seu Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras emitido pela KPMG Auditores Independentes.

A PBEN-P iniciou suas atividades como Sociedade por quotas limitadas em 22 de novembro de 1999, sob denominação 5283 Participações Ltda, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

A PBEN-P é uma empresa subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, proprietária de 100% das ações da companhia. Seu objeto social consiste: (i) no comércio, na importação e na exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) na prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades; e (iii) na participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeira, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.

Em 30 de setembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou o aporte de R\$ 800.000,00, alterando o seu capital social de R\$ 1.426.704 mil para R\$ 1.427.504 mil.

Em 30 de novembro de 2022, a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL autorizou a PBEN-P a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, nos termos do despacho N° 2.636.

Em 31 de dezembro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, aprovou a incorporação de Petrobras Comercializadora de Energia S.A. (PBEN), nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, com um aumento de seu capital social no valor de R\$ 74.238 mil, com base no Patrimônio Líquido da PBEN apresentado em suas Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30/09/2022, quando seu capital social passou de R\$ 1.427.504 mil para R\$ 1.501.742 mil.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. - PBEN-P

As variações patrimoniais da PBEN ocorridas após a data de emissão do laudo até a data da incorporação, no montante de R\$ 18.746 mil, equivalente à diferença do valor do Patrimônio Líquido da PBEN em 30 de setembro de 2022 (R\$ 74.238 mil) e 31 de dezembro de 2022 (R\$ 55.491 mil) foram assumidas pela incorporadora, extinguindo e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações.

Participações Societárias:

A PIB BV é uma empresa holding localizada na Holanda, controlada pela Petrobras e subsidiária da PBEN-P. Atualmente o percentual de participação da PBEN-P na PIB BV é de 0,0007%.

Resultado:

A PBEN-P apresentou resultado líquido negativo de R\$ 869 mil, no exercício de 2022, advindo principalmente de despesas gerais e administrativas, uma vez que a sociedade não possuía atividades operacionais até a incorporação da PBEN.

A partir da incorporação da PBEN, a fonte de receita operacional da PBEN-P decorrerá principalmente das operações de compra e venda de energia elétrica dentro do ambiente regulado ou livre do Sistema Interligado Nacional.

Compromissos e Agradecimentos:

A PBEN-P assume o compromisso com a confiabilidade em suas operações de compra e venda de energia elétrica realizadas no ambiente de comercialização da CCEE, obedecendo aos preceitos legais e às regras e procedimentos de comercialização de energia, com excelência comercial e de gestão, pautada na responsabilidade social e ambiental de suas ações.

Reconhecemos que 2023 ainda será um ano de incertezas para o setor e alterações regulatórias estão sendo desenhadas. Isso nos exigirá cautela e austeridade, por meio de um planejamento criterioso e de uma execução precisa, para entregar ao nosso acionista o desempenho financeiro desejado.

Registramos nosso reconhecimento e os mais sinceros agradecimentos aos nossos parceiros, instituições, conselheiros fiscais e acionista.

**PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E
ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Marcelo de Andrade
Diretor Presidente

**PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E
ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Luis Ramos Coiradas
Diretor Técnico-Comercial

**PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE GÁS E
ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Sergio de Melo e Souza
Diretor Administrativo



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Transações com o acionista controlador

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Eduardo Garbin Di Luca
Contador CRC RJ-114186/O-7

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração de Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		2022	2021
	Nota		
Despesas			
Gerais e administrativas	14	(914)	(837)
Tributárias		(8)	(12)
		(922)	(849)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(922)	(849)
Resultado financeiro líquido		53	(20)
Receitas financeiras		104	25
Despesas financeiras		(52)	(45)
Variações monetárias, líquidas		1	-
Prejuízo do exercício		(869)	(869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Prejuízo do exercício	(869)	(869)
Mudança no valor justo do investimento	(28)	195
Resultado abrangente total do exercício	(897)	(674)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.425.504	(598)	(1.423.826)	1.080
	1.425.504	(598)	(1.423.826)	1.080
Integralização de Capital	1.200	-	-	1.200
Prejuízo do período	-	-	(869)	(869)
Mudança no valor justo: Investimento	-	195	-	195
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.426.704	(403)	(1.424.695)	1.606
	1.426.704	(403)	(1.424.695)	1.606
Aumento de capital por incorporação (NE nº 1.1)	74.238	-	-	74.238
Integralização de capital	800	-	-	800
Variações patrimoniais por incorporação (NE nº 1.1)	-	-	(18.746)	(18.746)
Prejuízo do período	-	-	(869)	(869)
Mudança no valor justo: Investimento	-	(28)	-	(28)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.501.742	(431)	(1.444.310)	57.001

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(869)	(869)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	19	1
Encargos de arrendamento	10	-
Redução (aumento) de ativos		
Impostos e contribuições	(15)	52
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	14	8
Impostos e contribuições	-	(1)
Contas a pagar com partes relacionadas	(464)	(82)
Recursos líquidos utilizados pelas atividades operacionais	(1.305)	(891)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Disponibilidades - incorporação PBEN	48.615	-
Recursos líquidos gerados pelas atividades de investimentos	48.615	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de Capital	800	1.200
Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamentos	800	1.200
Aumento de caixa e equivalentes no exercício	48.110	309
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.149	840
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	49.259	1.149

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2022	2021
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(914)	(837)
Valor adicionado bruto	(914)	(837)
Valor adicionado líquido consumido pela empresa	(914)	(837)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras - inclui variações monetárias	105	25
Valor adicionado (consumido) a distribuir	(809)	(812)
Distribuição do valor consumido		
Tributos		
Federais	8	12
	8	12
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	52	45
	52	45
Acionistas		
Prejuízos retidos	(869)	(869)
	(869)	(869)
Valor adicionado (consumido) distribuído	(809)	(812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (“PBEN-P” ou a “Companhia”), iniciou suas atividades como sociedade por quotas de responsabilidade limitada; constituída em 22 de novembro de 1999, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, com objeto social de participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

A partir de 1º de dezembro de 2021 conforme “Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 08/2021”, a razão social foi alterada para Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A. (PBEN-P), e o objeto social foi alterado para constar que “ A Sociedade tem por objeto, observados os preceitos normativos, legais e constitucionais: (i) o comércio, a importação e a exportação de gás natural, energia elétrica e de vapor d'água, bem como de produtos das indústrias de gás natural, de geração e cogeração de energia elétrica em geral; (ii) a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as aludidas atividades; e (iii) a participação no capital de outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, respeitadas as normas e os regulamentos que lhe forem aplicáveis.”

A Companhia mantém transações com a Controladora Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas informações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de otimizar a carteira de participações do conglomerado PETROBRAS, a Companhia incorporou a Petrobras Comercializadora de Energia S/A (PBEN), uma empresa também controlada pela PETROBRAS e que também tinha por objeto a comercialização de energia elétrica.

1.1. Reestruturação societária

Em 31 de dezembro de 2022, foi aprovada em assembleia geral de ambas as Companhias, a incorporação da PBEN nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação, por meio da versão integral do patrimônio líquido da PBEN para a PBEN-P, avaliado a valor contábil no montante de R\$ 74.238, na data base de 30 de setembro de 2022, sendo assim registrado como aumento de capital. As variações patrimoniais da PBEN ocorridas após a data de emissão do laudo até a data da incorporação, no montante de R\$ 18.746, foram assumidas pela incorporadora, extinguindo e sucedendo-a em todos os direitos e obrigações.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As variações de patrimônio líquido da PBEN efetivadas entre a data do laudo de incorporação (30 de setembro de 2022) e a data da incorporação (31 de dezembro de 2022), no total de R\$ 18.746, as quais foram assumidas pela incorporadora, podem ser melhor visualizadas conforme o detalhamento abaixo:

Ativo	PBEN				
	PBEN-P Antes incorporação	Acervo laudo de incorporação	Variações patrimoniais até data incorporação	Saldo incorporado	PBEN-P Após incorporação
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	643	60	48.556	48.616	49.259
Contas a receber - clientes		12.057	1.013	13.070	13.070
Contas a receber – FIDC		73.497	(73.497)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	32	1.351	837	2.188	2.220
Impostos e contribuições		1.468	31	1.497	1.497
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais		70	4	74	74
Imposto de renda e contribuição social		6.285	(134)	6.151	6.151
Impostos e contribuições		1.448	(694)	754	754
Imposto de renda e contribuição social diferidos		400	(3)	397	397
Investimento	1.032				1.032
Imobilizado	77	166	20	186	263

Passivo e PL	PBEN				
	PBEN-P Antes incorporação	Acervo laudo de incorporação	Variações patrimoniais até data incorporação	Saldo incorporado	PBEN-P Após incorporação
Circulante					
Fornecedores	164	10.446	(6.518)	3.928	4.092
Arrendamentos mercantis	31	14	(3)	11	42
Imposto de renda e contribuição social		11.074	1.304	12.378	12.378
Impostos e contribuições	1	862	70	931	932
Outras contas a pagar		1	0	1	1
Não Circulante					
Arrendamentos mercantis	79	166	26	192	271
Patrimônio Líquido	1.510				57.001
Ativo Líquido Incorporado		74.238	(18.746)	55.492	

As duas Companhias são subsidiárias integrais da Petrobras, portanto não foram atribuídas ações da PBEN aos acionistas da PBEN-P, que teve extinta a totalidade das ações.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que estão convergidas com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas conforme Nota explicativa 3 – Sumário das principais práticas contábeis.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Administração da Companhia, em reunião realizada em 03 de março de 2023, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da PBEN-P é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Novas normas e interpretações

A Companhia é regida pelos regramentos publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que emite pronunciamentos, revisões de pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tais como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022:

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i> e estabelece, entre outras coisas, os requisitos que devem ser aplicados, por emissores de contratos de seguros e resseguros no escopo da norma, e para contratos de resseguros mantidos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Disclosure of Accounting Policies – Amendments to IAS 1 and Practice Statement 2</i>	Em substituição ao requerimento de divulgação de políticas contábeis significativas, as emendas ao IAS 1 <i>Presentation of Financial Statements</i> estabelecem que políticas contábeis devem ser divulgadas quando forem materiais. Entre outras coisas, a emenda prevê orientações para determinar tal materialidade.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva para as emendas ao IAS 1.
<i>Definition of Accounting Estimates – Amendments to IAS 8</i>	De acordo com as emendas ao IAS 8, a definição de “mudança na estimativa contábil” deixa de existir. Em substituição, foi estabelecida definição para o termo “estimativas contábeis”: valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração.	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva.
<i>Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction– Amendments to IAS 12</i>	As alterações reduziram o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 do IAS 12 <i>Income Taxes</i> de modo que não se aplique mais a transações que, entre outras coisas, no reconhecimento inicial, dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva com regras específicas.
<i>Lease Liability in a Sale and Leaseback - Amendments to IFRS 16</i>	Adiciona requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como venda - e retroarrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current / Non-current Liabilities with Covenants- Amendments to IAS 1</i>	<p>As emendas estabelecem que o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte.</p> <p>Entre outras orientações, as emendas determinam que a classificação de um passivo não é afetada pela probabilidade de exercício do direito de diferir a liquidação do passivo. Adicionalmente, segundo as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.</p> <p>Divulgações adicionais também são requeridas pelas emendas, incluindo informações sobre passivos não circulantes com cláusulas restritivas <i>covenants</i>.</p>	1º de janeiro de 2024, aplicação retrospectiva.

Quanto aos normativos que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

A seguir são apresentados os normativos emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2022, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
Pronunciamento Técnico CPC 50	IFRS 17 – Insurance Contracts	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20	Definition of Accounting Estimates (Amendments to IAS 8) Disclosure of Accounting Policies (Amendments to IAS 1) Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction (Amendments to IAS12)	1º de janeiro de 2023
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21	IFRS 17 – Insurance Contracts Amendments to IFRS 17 Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 Comparative Information (Amendments to IFRS 17)	1º de janeiro de 2023

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo das respectivas notas explicativas e são consistentes com as políticas contábeis adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores.

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos, quando aplicáveis, são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia não efetuou nenhuma transação com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração, e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingência são apresentadas na nota explicativa 16.

4.2. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 12.2.

4.3. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas (PCE) para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia realiza julgamento de tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo das perdas de crédito esperadas.

As movimentações das perdas em créditos esperadas estão demonstradas na nota 6.3.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Caixa e equivalente de caixa

	2022	2021
Bancos	48.621	5
Fundos de investimentos financeiros	638	1.144
Total	49.259	1.149

O aumento do saldo bancário em 2022 deve-se à incorporação da PBEN em 31 de dezembro de 2022.

As aplicações financeiras estão representadas por quotas de fundos de investimento com rendimentos atrelados às variações dos Títulos de emissão do Tesouro Nacional adquiridos de forma definitiva, gerando rentabilidade de 11,85% em 2022 (2,64% em 2021), com liquidez imediata.

6. Contas a receber

6.1. Contas a receber, líquidas

	2022	2021
Venda de energia elétrica (a)	793	-
Liquidação Financeira - CCEE (b)	1.397	-
Partes relacionadas (nota explicativa 11.1)	12.081	-
	14.271	-
Perdas de crédito esperadas - PCE (c)	(1.201)	-
	13.070	-

(a) Refere-se aos recebíveis de venda de energia dos contratos bilaterais, celebrados no ambiente de contratação livre.

(b) Refere-se aos recebíveis de liquidação financeira na Câmara de Liquidação de Energia Elétrica - CCEE.

(c) Refere-se à provisão para perdas de créditos esperadas relacionada às liminares e agentes desligados por descumprimento de obrigações, dentre elas a inadimplência na liquidação financeira do mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Liquidação Financeira de Energia Elétrica - CCEE.

Todo o saldo de contas a receber apresentado em 2022, igualmente como a respectiva PCE, refere-se às operações oriundas da PBEN, mediante a incorporação realizada em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

Prática contábil

a) Risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

b) Definição de inadimplência (*default*)

A Companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

c) Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original. Os saldos de liquidação na Câmara de Compensação de Energia Elétrica (CCEE) referentes a agentes desligados ou com liminares judiciais são considerados integralmente na PCE.

6.2. Aging do contas a receber vencido - terceiros

	2022	2021
Acima de 12 meses - Agentes desligados ou com liminares	1.201	-
	1.201	-

6.3. Movimentação das perdas em créditos esperadas – PCE

	2022	2021
Adição por Incorporação	1.201	-
Saldo final	1.201	-

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Investimentos

	2022	2021
Investimento a valor justo - PIB BV	1.032	1.059
	1.032	1.059

A PIB BV é uma empresa holding localizada na Holanda, controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras constituída em 5 de setembro de 2002 para participar em sociedades que atuam no exterior em pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exploração de petróleo e seus derivados, assim como a prestação de serviços e outras atividades relacionadas com os vários segmentos da indústria do petróleo.

O percentual de participação da PBEN-P na PIB BV é de 0,0007% nos exercícios apresentados. Em 2022 houve decréscimo no valor justo dessa participação no montante de R\$ 27 (acréscimo de R\$ 195 em 2021), devidamente registrado como Outros Resultados Abrangentes.

Seguem abaixo informações contábeis da empresa PIB BV em IFRS, em milhares de reais, da qual a empresa PBEN-P possui participação acionária:

	Milhares de quotas				
	Capital Social	Ações	Participação (%)	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
31.12.2022	158.278.066	45.896.837	0,0007	275.117.712	19.558.582
31.12.2021	158.278.066	45.896.837	0,0007	273.166.690	10.227.908

Prática Contábil

O investimento é mensurado pelo valor justo com base nos fluxos de caixa descontados, preparados pela Administração, baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico, divulgado pelo acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Como o investimento patrimonial representa um investimento que a Sociedade pretende manter a longo prazo para fins estratégicos, a Administração designou esses investimentos na data da aplicação inicial como mensurado a valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, sendo os dividendos reconhecidos como ganho no resultado, quando aplicável.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

	Direito de uso - Edificações e Construções
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Custo	98
Amortização	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97
Custo - Adição por incorporação	257
Amortização	(91)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	263
Custo	355
Amortização	(92)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	263

Prática contábil

Os ativos de direito de uso são apresentados como ativo imobilizado e, de acordo com as vidas úteis de seus respectivos ativos subjacentes e as características dos contratos de arrendamento (prazo, transferência do ativo ou exercício de opção de compra), são depreciados pelo método linear com base nos prazos contratuais.

9. Fornecedores

	2022	2021
Terceiros	3.370	10
Partes relacionadas (NE nº 11.1)	722	-
	4.092	10

Representam, principalmente, as obrigações relativas a compras de energia elétrica de curto prazo para honrar os compromissos de venda. O aumento do saldo apresentado em 2022 refere-se às operações oriundas da PBEN, mediante a incorporação realizada em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

10. Arrendamentos mercantis

A Sociedade firmou, em 1º de dezembro de 2021, contrato de sublocação de uma área de 11,31m² com a Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Centro Empresarial Senado, no Rio de Janeiro-RJ, com início em 1º de dezembro de 2021 e término em 30 de novembro de 2026. Adicionalmente, sucede a PBEN em contrato firmado em 23 de janeiro de 2017, que terá término em 03 de setembro de 2030.

A movimentação contábil do arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	Saldo final em 31.12.2021	Remensuração	Segregação CP LP	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Encargos no exercício	Transferências por Incorporação	Saldo final em 31.12.2022
País - curto prazo	24	-	4	(15)	(19)	30	18	42
País - Longo Prazo	74	55	(4)	-	-	-	146	271
Total	98	55	-	(15)	(19)	30	164	313

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	42	128	31	28	25	59	313

Prática contábil

A classificação contábil das operações de arrendamento mercantil operacional tem como base normativa o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos, geralmente descontados a taxa incremental nominal sobre empréstimos da Companhia, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas.

Remensurações no passivo de arrendamento geralmente refletem alterações oriundas de índices ou taxas contratuais, bem como nos prazos dos arrendamentos devido a novas expectativas de prorrogações ou rescisões do arrendamento.

Os juros incorridos atualizam o passivo de arrendamento e são classificados como despesas financeiras, enquanto os pagamentos reduzem o seu valor contábil.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo (prazo de 12 meses ou menos) são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Partes relacionadas

11.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema

A Companhia segue a política de Transações com Partes Relacionadas do Sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política orienta as empresas do Sistema Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da Companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, com base nas seguintes regras e princípios:

- Priorização dos interesses da Companhia independente da contraparte no negócio;
- Aplicação de condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesses da Companhia;
- Condução de transações sem conflito de interesses e em observância às condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias, conforme aplicável, ou com pagamento compensatório adequado; e
- Divulgação de forma adequada e tempestiva em observância à legislação vigente.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da Companhia.

	2022		2021	
	Petrobras	Transpetro	Total	Total
Ativo				
Circulante				
Contas a receber, principalmente por venda de energia (NE nº 6)	-	12.081	12.081	-
	-	12.081	12.081	-
Passivo				
Circulante				
Fornecedores, principalmente por compra de energia (NE nº 9)	722	-	722	-
Arrendamentos mercantis (NE nº 10)	42	-	42	24
Não Circulante				
Arrendamentos mercantis (NE nº 10)	271	-	271	74
	1.035	-	1.035	98
Resultado				
Compartilhamento de gastos administrativos	849	-	849	791
	849	-	849	791

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11.2. Remuneração da Administração da Companhia.

A remuneração global dos administradores da Companhia foi fixada no valor de R\$ 42, para o período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023. No exercício de 2022 os membros da diretoria renunciaram à suas remunerações por exercerem funções gerenciais na controladora Petrobras.

12. Tributos

12.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Ativo Não Circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Imposto de Renda (i)	3.717	17	9.999	-
Contribuição Social (i)	2.434	-	2.379	-
	6.151	17	12.378	-

PIS/COFINS

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante	
	2022	2021	2022	2021
PIS/COFINS (ii) (iii)	1.497	-	754	-
	1.497	-	754	-

Demais impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2022	2021	2022	2021
ICMS	-	-	932	-
Imposto de Renda (iv)	2.220	-	-	-
	2.220	-	932	-

(i) Ativo Não Circulante: refere-se a imposto de renda e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, com pedidos de restituição junto à RFB.

(i) Passivo Circulante: refere-se à apuração de IRPJ e CSLL, líquida das respectivas antecipações.

(ii) Refere-se aos créditos fiscais a recuperar de PIS/COFINS, após trânsito em julgado em 21 de setembro de 2021 a favor da PBEN de ação judicial, que tratou da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS.

(iii) Refere-se, principalmente, a créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de energia elétrica.

(iv) Refere-se, principalmente, a imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos de aplicação financeira.

Os saldos acima apresentados, em sua ampla maioria, referem-se às operações oriundas da PBEN, mediante a incorporação realizada em 31 de dezembro de 2022, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

A Companhia monitora periodicamente seus créditos tributários, com o intuito de garantir sua efetiva recuperabilidade.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) **A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:**

	Atualização monetária de depósitos judiciais	Perdas de Crédito Esperadas	Total
Em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adições por incorporação	(15)	412	397
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(15)	412	397

b) **Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos.**

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos tem como origem as operações da PBEN, em função da incorporação, conforme descrito na nota explicativa 1.1.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos saldos fiscais diferidos é a seguinte:

	Ativos	Passivos
2023 em diante	397	-
Parcela registrada contabilmente	397	-

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.501.742 (R\$ 1.426.704 em 31 de dezembro de 2021) representado por 1.501.741.930 ações ordinárias (1.426.703.742 ações ordinárias em 2021), nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de setembro de 2022, foi aprovada em AGE a realização de aumento de capital no montante de R\$ 800, com a emissão de 800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem subscritas integralmente e totalmente integralizado em setembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital referente à incorporação da PBEN (vide nota explicativa 1.1) no montante de R\$ 74.238, com a emissão de 74.238.188 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas integralmente.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

13.2. Resultado por ação

	2022	2021
Prejuízo de período atribuível aos acionistas	(869)	(869)
Quantidade de ações	1.501.742	1.426.704
Prejuízo do período e diluído por ações (R\$ por ação)	(0,00058)	(0,00061)

Prática contábil

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social da Sociedade, os resultados apurados, quando positivos e após a absorção dos prejuízos acumulados em cada exercício, serão distribuídos por deliberação aos acionistas, na forma da legislação em vigor.

14. Despesas Gerais e Administrativas

	2022	2021
Compartilhamento de gastos com a Petrobras	(840)	(791)
Serviço de auditoria	(23)	(40)
Remuneração Conselho Fiscal	(2)	(5)
Taxas e despesas com cartório	(23)	-
Sublocação EDISEN	(17)	(1)
Outros serviços técnicos	(9)	-
Total	(914)	(837)

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras	104	25
Receitas financeiras - Aplicações fundos	104	25
Despesas financeiras	(52)	(45)
Despesas com arrendamentos mercantis	(31)	-
Outras despesas financeiras, líquidas	(21)	(45)
Resultados de variações monetárias, líquidos	1	-
Atualização de impostos e contribuições a recuperar	1	-
Total	53	(20)

16. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro 2022 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

Natureza	2022	2021
Fiscais	3.193	-
	3.193	-

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	2022	2021
Autor: Delegacia da Receita Federal		
1) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de 2013. Situação atual: Aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto ao CARF (2ª instância administrativa).	107	-
Autor: Delegacia da Receita Federal		
2) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de indébito decorrente de pagamento a maior de COFINS de fevereiro de 2004. Situação atual: Processo de 1ª instância administrativa. Apresentada a manifestação de inconformidade, aguarda-se a decisão da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro.	77	-
Autor: Receita Federal do Brasil		
3) Processo Administrativo - Tributário - Saldo negativo de IRPJ do exercício de 2007. Discute-se a compensação feita via PER/DCOMP. Situação atual: Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto ao CARF (2ª Instância administrativa).	2.164	-
Autor: Receita Federal do Brasil		
4) Processo administrativo fiscal oriundo de compensação não homologada de saldo negativo de CSLL, exercícios de 2007 e 2008. Ajuizada ação anulatória. Situação atual: Réplica a contestação da Fazenda Nacional apresentada pela PBEN. Conclusos para julgamento.	845	-
Total de processos de natureza fiscal	3.193	-
Total de processos	3.193	-

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

17.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e de 2021 não foram identificados derivativos embutidos.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	49.259	1.149
Contas a receber - clientes	13.070	-
Não circulante		
Depósitos judiciais	74	-
	62.403	1.149
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	4.092	10
	4.092	10

O principal ativo financeiro da Companhia é classificado na categoria Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, que não possui a característica de negociação em mercados organizados.

17.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

17.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Petrobras Comercializadora de Gás, Energia e Participações S.A. é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

17.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a empresa segue as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras. Este risco não é significativo.

17.4. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

O risco de crédito associado às contas a receber de clientes é mitigado por prerrogativas legais para a suspensão de prestação de serviços a inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda e compra de energia, realizadas no âmbito do processo de liquidação financeira na CCEE, está sujeita a modificação, dependendo de decisões judiciais ainda em andamento, movidas por algumas empresas do setor e em razão das regras de rateio da inadimplência, administradas pela CCEE.

17.5. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa e recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente para aquisição de energia elétrica para revenda e pagamentos de dividendos. O risco de liquidez da Companhia não é significativo e é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras. Os passivos financeiros da Companhia possuem vencimento no curto prazo.

18. Contratos para compra e venda de energia

As operações de compra e venda de energia foram contratadas para comercialização com consumidor final dentro do Grupo Petrobras. Desta forma, as contas a receber e a pagar relativas a tais contratos estão mensuradas ao custo amortizado.

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As receitas e os custos nominais futuros, baseados nos preços contratados estão demonstrados abaixo:

	<u>Receita</u>	<u>Custo</u>
2023	119.829	(104.301)
2024	120.157	(104.790)
2025	119.829	(76.061)
	<u>359.815</u>	<u>(285.152)</u>

Petrobras Comercializadora de Gás e Energia e Participações S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Diretoria executiva

MARCELO DE ANDRADE
Diretor

LUIS RAMOS COIRADAS
Diretor

SÉRGIO DE MELO E SOUZA
Diretor

EDUARDO SEIXAS
Contador
CRC-RJ-087203/O-6